


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000169-45.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SILVIO RODRIGUES FONTES FILHO**
 Requerido: **SONY BRASIL LTDA (SONY MOBILE COMMUNICATIONS DO BRASIL INFORMATICA S/A)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um aparelho celular de fabricação da ré, o qual apresentou vícios em seu funcionamento.

Alegou ainda que o encaminhou à assistência técnica que solucionou o problema.

Ressalvou, todavia, que nove meses depois, o aparelho apresentou o mesmo problema de funcionamento, mas dessa vez a assistência técnica se negou ao reparo alegando que o produto está fora do prazo de garantia.

Requer a devolução do montante que pagou pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

bem.

A questão posta a debate prescinde de análise do vício aludido pela autora no equipamento fabricado pela ré.

Isso porque o documento de fls. 08 demonstra que à assistência técnica da ré analisou o produto e constatou problema na tampa de vedação. "...*Para reparo desta tampa de vedação será necessária a compra de uma nova carcaça.*" (fl.08)

Mesmo que se admita que o aparelho parou de funcionar somente após vencido o prazo de garantia, seria imprescindível a ré demonstrar que isso não se deu por causa dos vícios reclamado anteriormente.

Tocava-lhe a demonstração a esse propósito, seja por força da regra do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão aqui presentes), seja em decorrência do que dispõe o art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil.

Tinha plenas condições para tanto, mas como não o fez é certo que não se desincumbiu desse ônus, de sorte que se impõe a substituição do produto.

Como até agora a situação não foi resolvida, resta claro o decurso do trintídio para que isso se desse, aplicando-se consequentemente a regra do art. 18, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$1.724,69, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2015 (época da realização da compra), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**